

ATA Nº 04, DA REUNIÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR - CONSEA REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS - SALA DE LICITAÇÕES NO PAÇO MUNICIPAL

Às dezoito horas, do dia vinte e cinco de agosto de dois mil e vinte e três, reuniram-se na sede do município de Amparo, São Paulo, Sueli Aparecida Dorigatti Gomes de Oliveira e Antonio Aparecido Gomes de Oliveira do Clube de Serviço Lions; Carmem Lucia Kuntz Pinto Lima do Movimento de Ação Rural do Pantaleão; Jose Valcir de Almeida da Sociedade São Vicente de Paulo; Patrícia Peredo Capossoli e Eduardo Luizari de Oliveira da Secretaria de Assistência Social e Cidadania; Ticiane de M. Ramalho da Casa do Caminho Paulo de Tarso; Paulo Saragiotto, Fernando Lenzi e Sandra Santos do Clube de Serviço Rotary; Fernanda Teixeira do Fundo Social de Solidariedade; Rogério de Campos da Câmara Municipal de Amparo; Fernanda K. R. Siqueira e Patrícia Zandona Pacetta da Associação Damas de Caridade; Paulo Fernandes e Patrícia Cintra Camargo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agronegócio. Justificaram suas ausências Beatriz de Aquino Franco da Secretaria de Governo; Mirian da Silva Bueno da Secretaria de Saúde; Edson Jose Marquini e Valter Francisco Hussof da Pastoral da Criança; Valeria Gerbi da Cooperativa dos Produtores de Chuchu; Selma de Moraes da Secretaria de Educação – Merenda. Patrícia Cintra Camargo se prontificou a secretariar esta reunião e redigir a presente ata, iniciando com a apresentação dos novos participantes da reunião e as entidades que os representam. Patrícia Cintra aduziu acerca da formação do Conselho requerendo à Patrícia Capossoli explicar a questão de sua legalidade. Patrícia Capossoli explanou que a legislação municipal é do ano de 2004, anterior à lei federal que regulamentou a Lei de Segurança Alimentar e que há um material extremamente extenso sobre esse assunto, o qual abrange grande ramificação de políticas públicas como a merenda municipal e o bolsa família, por exemplo. Alegou que todos os presentes precisam ter conhecimento sobre o tema e definir quais serão as atribuições deste Conselho. Mencionou ainda que a destinação de verbas é condicionada a regulamentação do Conselho pelo Município, sugerindo que fosse adotado o caráter deliberativo e fiscalizatório, além da revisão dos membros indicados pela Lei de 2004. Abordou que a segurança alimentar é muito mais abrangente que a entrega de uma cesta básica, pois envolve a qualidade dos alimentos, desde o produtor rural até quando chega à mesa do cidadão, produtos de supermercado próximos a data de vencimento, banco de alimentos e restaurante social. Nesse sentido, Paulo Fernandes recordou que verificou a possibilidade de sua Secretaria disponibilizar parte do orçamento de 2025 à Assistência Social, deixando uma verba para as entidades adquirirem produtos diretamente com os produtores rurais. Ressaltou que uma das funções da Secretaria de Agronegócio é a união de forças mencionando que existem diversas ações promovidas por inúmeras entidades, mas que apenas uma ação conjunta resultaria um menor esforço com maior resultado. Aduziu que é necessário um Conselho deliberativo com diversas ações, não apenas com a entrega de cestas básicas e que o governo precisa da sociedade civil organizada a fim de dialogar a respeito de políticas públicas de segurança alimentar, as quais poderão receber mais recursos após o cumprimento das etapas estipuladas pela legislação federal. Rogou a este Conselho que se imponha perante o Poder Público com a participação da sociedade civil demonstrando sua importância e se sobrepondo às mudanças de prefeitos. Patrícia Capossoli expôs que o Município de Amparo possui um número elevado de instituições da sociedade civil, sendo uma das maiores da região, ficando abaixo apenas da cidade de Campinas. Discorreu sobre a importância da rede de ação social, principalmente em um cenário pós pandemia, onde houve um agravamento da situação de fome, com grande procura por comida, tendo em contrapartida a diminuição considerável do número de doadores de alimentos. Paulo comentou que tem procurado junto a sua equipe formas de auxiliar o produtor rural na destinação dos produtos produzidos em excesso. Suscitou ainda que os Vicentinos doam mais de 1.500 cestas básicas, atingindo, assim, mais de 3.000 pessoas e que ao analisar esses números em relação a quantidade de habitantes no Município percebe o quanto são significantes. José Valcir comentou que atualmente 50 famílias novas têm procurado os Vicentinos por semana, sendo muitos imigrantes do Nordeste portando apenas a roupa do corpo, necessitando desde móveis à comida, e que eventualmente quando estes ficam doentes precisam de ainda mais assistência, como o fornecimento de cama hospitalar, oxigênio e remédios. Fernanda das Damas de Caridade falou sobre a possibilidade de criar uma “geladeira solidária” e Patrícia Capossoli mencionou a necessidade de um local específico que serviria como banco de alimentos, sendo imprescindível uma estrutura física para a recepção e verificação da qualidade dos produtos, além da correta destinação considerando as condições em que se encontram, o que com a formação do Conselho poderia ser efetivado por meio da criação de uma política pública com a devida destinação de verbas. Suscitou que existe também a possibilidade da criação de um cartão cidadão com acesso a estas políticas sociais sendo necessário este Conselho tomar conhecimento das possíveis ações e pensar em potencializar os serviços já executados. Paulo ressaltou que o Conselho é quem delibera sobre quais seriam os projetos, como serão aplicados e onde seriam destinadas as verbas. Patrícia Capossoli comentou que ocasionalmente o final de safra não pega padrão de venda e que há possibilidade do aproveitamento destes

produtos. Recordou que este Conselho já levantou na presente reunião diversos tópicos, sendo necessário pensar além da entrega da cesta básica, pois a amamentação também integra a segurança alimentar. Frisou a necessidade da compreensão pelos membros do Conselho das políticas públicas para que possamos efetuar uma apresentação no próximo encontro. Fernanda discorreu que as Damas de Caridade efetuam gastos com entrega de verduras principalmente para pessoas em recuperação de saúde que recebem vales e retiram os alimentos no Supermercado Daólio. Paulo Fernandes alegou que a Prefeitura pode adquirir produtos da agricultura familiar e tem estudado uma forma de melhorar o cardápio da merenda, o que pode auxiliar na programação do plantio, pois saberá exatamente quando e quanto precisa de cada alimento e que a formação e atuação do Conselho será o primeiro passo, posto que terá representantes dos produtores e da merenda em prol do mesmo objetivo. Frisou ainda que precisamos formar a diretoria sendo prioritariamente o Presidente da Sociedade Civil e Secretário de Governo, contudo, nenhum dos presentes se propôs a integrá-la. Sueli explicou as dificuldades enfrentadas e que não teria interesse em participar da diretoria. Fernando do Clube Rotary questionou se existe algum processo de utilização dos alimentos descartados pela merenda e se a Prefeitura executa esse aproveitamento, sendo respondido por Paulo Fernandes, o qual aduziu que atualmente não há nenhuma ação executada neste sentido, o que poderia ser proposto e elaborado pelo Conselho. Patrícia Capossoli suscitou que os membros do Conselho devem ter conhecimento acerca das regras de cada ação e como poderiam ser efetuadas. Patrícia Capossoli lembra que uma das atribuições do Presidente seria a função de liderança para a união do grupo, mas quem delibera é o colegiado, tendo em vista que as decisões do Conselho são soberanas e que é necessária a definição das regras do conselho através da alteração da Lei. Paulo Fernandes abordou que o programa atual do governo federal provavelmente irá destinar verbas aos municípios que possuem conselhos mais estruturados. Patrícia Capossoli comentou que recebeu muitas perguntas do Governo federal sobre a situação do Conselho no Município e mencionou a necessidade de definição da data da próxima reunião, bem como sua respectiva pauta. Nesse sentido, Paulo requereu à Patrícia Capossoli que efetue uma apresentação informativa acerca dos aspectos gerais na próxima reunião e que o Conselho realize a eleição para a escolha de seu presidente. **Ficou definido que a próxima reunião ocorrerá na última quarta-feira do próximo mês - dia 29 de novembro de 2023 com início às 18:00 horas.** A reunião encerrou-se às 19:30 horas, tendo Patrícia Cintra Camargo, secretaria *ad hoc* desta reunião, finalizado os apontamentos dela. E tendo conhecimento das informações redigidas, e realizado a lavratura da presente com nada mais havendo a registrar.
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX